

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E TURISMO: UM EXERCÍCIO DO OLHARLeandro Henrique Magalhães ⁽¹⁾Patrícia Martins Castelo Branco ⁽²⁾

UNIFIL – Centro Universitário Filadélfia, Londrina-PR

RESUMO

Este trabalho pretende produzir um exercício do olhar diante o fenômeno do turismo, ressaltando que este influencia em todos os sentidos as camadas sociais. O turismo deve ser compreendido de forma mais ampla que um simples produto de mercado, engendra inúmeras dimensões da cultura, da política, da economia, da histórica, etc. Abordamos, por meio de alguns livros da literatura, questões referentes a sociedades que demonstram a possibilidade de controle e manipulação da memória, para um controle total dos indivíduos, possibilitando uma sociedade sem memória. Portanto, acreditamos que o turismo tem papel fundamental na transformação desta concepção burguesa de patrimônio, atuando no sentido da transformação desses espaços memória.

Palavras-chaves: Turismo, Patrimônio, Memória coletiva, Patrimônio Social

PATRIMONY, MEMORY AND TOURISM – PRACTICE HOW TO LOOK AT THEM**ABSTRACT**

This work intends to produce some practice about how to see tourism as a phenomenon, noticing that it affects the social strata in all senses. Tourism must be seen not just as a product to be sold, because it is part of cultural, political, economical, historical dimensions, among others. By using some literature books we present some subjects about our society which show the possibility of control and manipulation of memory, having all human beings under control, making possible a society without memory. We do believe that tourism plays an important role in changing this idea of patrimony, doing something towards the transformation of these memory areas.

KEYWORDS: Tourism, Patrimony, collective Memory, Social Patrimony.

O turismo é uma área do conhecimento que vem ganhando destaque nos últimos anos, seja pela sua dimensão econômica, seja pela problemática social que ela enseja. Apesar disso, muitos ainda insistem em pensar o turismo simplesmente como prática ou técnica, deixando de percebê-lo como um fenômeno social amplo, complexo e contraditório, que afeta uma comunidade como um todo e suas camadas sociais, mesmo aqueles que não se envolvem diretamente com ele. Existe o perigo de entendermos o turismo a partir de uma visão comercial ou industrial, marginalizando-o como meio de entendimento do real, ou como ciência. Tal postura entende o turismo como produto elaborado a partir de recursos naturais ou culturais, acrescido de equipamentos e de meios de transportes e que é colocado no mercado para ser consumido. É uma perspectiva utilitarista, não levando em consideração os interesses, ideologias e conflitos.

Temos assim duas formas de entender o turismo: uma tecnicista, ficando a cargo do ensino superior formar mão de obra qualificada, porém acrítica e domesticada, servindo aos interesses do capital. Considera-se aqui o turismo como uma técnica e como mero instrumento para a profissionalização, sem referências históricas, voltada exclusivamente para atender as necessidades econômicas do mercado. Não se percebe a dimensão econômica, política e cultural do turismo, além de desconhecer o movimento histórico que o engendra.

Outra perspectiva é a que entende o turismo como ciência, entendido a partir de sua totalidade histórica, com sua dimensão explicativa partindo da economia, da política, da cultura e dos aspectos sociais que o cercam. Para tanto, é necessário que as disciplinas que constituem esta ciência optem por conteúdo mais politizado e histórico, que busque o conhecimento científico, entendendo o turismo a partir de sua multidisciplinariedade, que tem nos aspectos teóricos instrumental para a leitura do real. Ao optarmos por tal perspectiva devemos observar a problemática da alteridade, já que é fundamental, para o profissional do turismo, entender como as interações sociais afetam a

prática do turismo. Daí ser fundamental respondermos algumas questões: como se dão os contatos entre visitantes e visitados? Como o turismo interfere na questão da identidade, de estereótipos e preconceitos? Qual o impacto na constituição da memória local, devido à criação de cenários, rituais e artesanatos voltados para o turista? Qual a influência que os turistas exercem sobre as tradições locais, tendo em vista que, em geral, é possível encontrar práticas culturais comunitárias, e outras voltadas para o turista? Como as diferentes classes sociais, grupos, faixas etárias comportam-se frente às relações estabelecidas pelo turismo?

Ao responder estas questões, estamos levando em consideração o fato de que o turismo deve ser entendido como uma ciência social e, desta forma, deve atentar-se para os elementos que possibilitem o entendimento da realidade, como a tradição e a história sendo que, só assim, será possível compreender a forma como os homens se relacionam, o que motiva a cooperação ou ao conflito e qual o caminho percorrido para chegarmos onde hoje estamos.

Destacamos nesse momento o elemento para o qual o turismo deve voltar-se: o estudo da memória coletiva, o que nos leva a temática deste artigo: o patrimônio histórico e os museus. Entendemos que o patrimônio histórico em geral, e o museu, devem ser entendidos como lugares de memória, e assim, de constituição de identidades, de fazeres sociais. Segundo Marcos Silva, no livro *História: o Prazer em Ensino e Pesquisa* (1995), a constituição da memória é marcada por conflitos e contradições, quando grupos dominantes procuram silenciar memórias alternativas e, desta forma, não desejadas, levando a constituição de uma memória única, que passa pelo aniquilamento das autônomas.

Para tanto, é significativo à compreensão da memória coletiva o que torna fundamental para uma sociedade atual que caminha para o individualismo exacerbado. Desde fins da década de 80 do século XX,

percebemos os sinais claros da fragilidade que encerram os indivíduos da pós-modernidade, muitos grupos têm nadado contra a corrente, tentando forjar uma identidade, através de uma memória coletiva comum. Nas palavras de Le Goff “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje...” (LE GOFF, 1990, p.476).

A literatura há muito vêm abordando tais questões. Alguns livros, como *A Revolução dos Bichos* (1994) e *1984* (1978), de Geogre Orwell, *Admirável Mundo Novo* (1980), de Aldous Houxley, e *Fahrenheit 451* (1985), de Ray Bradbury, demonstram a possibilidade efetiva de, em nome da segurança e do prazer, abirmos mãos de nossas liberdades, possibilitando um controle da vida e das mentes. Em todas as obras, nos é apresentada sociedades onde há tentativas de controle e manipulação da memória, sendo este o ponto central para o controle total dos indivíduos, possibilitando uma sociedade sem memória, onde teríamos um povo sem memória, passível de ser manipulados em qualquer direção, constituindo nações desenraizadas, sem tradições às quais se agarrar. A supressão da memória é o ponto de partida para a instalação de regimes totalitários; sem referências exteriores, com a figura do Estado, das elites ou do ditador aparecendo como recurso substitutivo, como um referencial estável e original.

O controle da memória ocorria de modo diferenciado em cada uma das sociedades aqui apresentadas. Em 1984, George Orwell apresenta a manipulação da memória por meio de um reescrever contínuo da história, “eliminando tudo aquilo que apresente alguma discordância e incoerência quanto a imagem oficial desejada de personagens, países e quaisquer outros temas (SILVA, 1995:p.61)”. Este controle ocorria também pela vigilância constante dos cidadãos e pela simplificação do vocabulário, o que resultaria numa redução da capacidade reflexiva destas pessoas.

Em a Revolução dos Bichos, percebe-se uma clara manipulação da memória pelos líderes revolucionários, ou seja, os porcos. Estes manipulavam seus discursos à medida que seus interesses se distanciavam do objetivo original dos revoltosos, que seria instaurar uma sociedade sem exploração, em que todos seriam iguais. Uma passagem que deixa clara esta manipulação da memória é quando, ao fim do processo revolucionário, escreve-se na parede uma declaração dos direitos dos bichos. Esta declaração, no entanto, passou a ser alterada pelos seus líderes, já que os demais não sabiam ler e, quando começam a aprender, não se lembravam mais do que havia sido escrito originalmente.

Já em Admirável Mundo Novo, o controle da memória se dá por outros meios: não pela reelaboração constante da memória, mas sim pela eliminação dela. Huxley nos apresenta uma sociedade extremamente hierarquizada, com a possibilidade de mobilidade social inexistente. A reprodução humana era realizada em laboratório e o envelhecimento retardado por meio de drogas. Neste contexto, não havia preocupação com o passado ou com o futuro, mas somente com o presente, tendo em vista a impossibilidade de se pensar em um futuro melhor ou em um passado que se apresentasse de forma diferente.

Por fim, temos o livro Fahrenheit 451, que trata de uma sociedade em que os livros foram eliminados e que o Corpo de Bombeiros tinha como função queimar os que restavam, juntamente com as casas de seus donos. Enquanto isso, a diversão era garantida pelo Estado, que oferecia a população jornais, revistas em quadrinhos e a televisão, em tamanho natural em formato de paredes, que dialoga com seus donos, evitando assim a solidão e a infelicidade.

Em todas estas obras é destacada a possibilidade de controle da memória por de diversos meios. Porém, por todos eles, pairam um obstáculo significativo: a história, sendo este um dos grandes significados para sua existência: a manutenção de um passado que

possibilite uma memória plural, impedindo a ilusão de uma história sem conflitos que levaria a construção de uma memória homogênea, e assim, autoritária. Como bem demonstra Eric Hobsbawm em sua grande síntese do século XX, *A Era dos Extremos* (1996), o historiador do fim do segundo milênio tem uma grande responsabilidade em suas mãos, ou seja, a de manter um passado em uma sociedade cada vez mais desvinculada dele, preocupada cada vez mais com o presente, tendo um vocabulário cada vez mais reduzido devido à massificação cultural, tendendo a se desvincular de sua própria sociedade, pois como nos diz Ricardo Oriá (1997), um homem sem memória é um homem sem referência histórica, não se reconhecendo como cidadão, ou seja, como sujeito histórico.

Tal preocupação em relação à memória está intimamente vinculada ao debate em torno do patrimônio histórico e sua preservação. É salutar questionarmos quais os motivos que levam alguns prédios ou artefatos a serem considerados históricos, e assim merecedores de serem preservados, em detrimento de outros. Seguindo os caminhos apontados por Marcos Silva, sabemos que não raro a história, a memória e, em conseqüente, as políticas em relação ao patrimônio, buscam garantir uma unanimidade, numa tentativa de construção de uma memória única e de um passado homogêneo, sem conflitos ou contradições, desconsiderando a diversidade de tradições, de manifestações culturais que poderia ameaçar a homogeneidade que garante a manutenção dos poderes (ORÍÁ, 1997). Tal perspectiva leva a um processo de exclusão material e simbólico que privilegia apenas um tipo de patrimônio, favorecendo uma seleção de memórias e identidades, impossibilitando que classes populares se identifiquem materialmente, negando-se a possibilidade de construção ou confirmação de identidades (SILVA, 1995) Porém, o processo de seleção de um Patrimônio Histórico é de grande importância, pois pode contribuir para perpetuação do sistema vencedor. Ou seja, os monumentos eleitos ratificariam determinadas camadas sociais, ou

versões históricas que poderiam só mostrar uma única faceta, produzindo os chamados silêncios da história. A consolidação se daria através da divulgação desta “história” efetuada por educadores em campanhas de conscientização patrimonial financiadas pelo sistema vencedor e pelo incentivo institucional ao turismo.

Preservar o passado sempre foi uma necessidade inconsciente e/ou consciente do ser humano, mas somente nos séculos XIX e XX é que ocorreu uma consagração institucional do monumento histórico que viria a perpetuar a escolha do sistema vigente. As significações dadas às edificações e objetos antigos acabaram por gerar não somente a simples preocupação de grupos isolados ou familiares de garantir seu legado para gerações futuras. Foram nesses séculos que esta “preocupação” estendeu-se para o Estado, que passou a estimular a produção de leis de conservação e restauração, transformando-se em uma problemática mundial.

Assim, como nas sociedades apresentas nas obras anteriormente citadas, havia focos de resistência contra o controle da memória por parte dos grupos dominantes, também hoje os grupos sociais entenderam a importância de garantir a manutenção ou constituição de sua identidade a partir de elementos históricos e sociais, levando a eleição de seus heróis e seus símbolos, incluindo aí o patrimônio. É este o caso do Movimento dos Sem Terra, que todo ano lembra o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, no Sul do Pará. No lugar dos conflitos foi erguido um monumento aos mortos, destruído logo em seguida:

O Monumento Eldorado Memória, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para lembrar as vítimas do massacre dos sem-terra, inaugurado no dia 7 de Setembro de 1996, em Marabá, foi destruído dias depois. Um dos líderes dos sem-terra do Sul do Pará, afirmou que a destruição foi encomendada pelos fazendeiros da região. O arquiteto ficou revoltado, mas disse que já esperava por isto. "Aconteceu o mesmo quando levantamos o monumento em homenagem aos operários mortos pelo Exército na ocupação da CSN, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro", comentou.(JBONLINE, 2005)⁽³⁾

Também o movimento negro estabeleceu suas datas comemorativas, numa demonstração de que caso os heróis e monumentos existentes não atendam aos interesses dos grupos, estes acabam por escolherem outros para ocuparem seus lugares. É o caso do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, data que marca a morte de Zumbi de Palmares, surgindo como uma alternativa ao dia 13 de maio e a Princesa Isabel. Neste caso há uma mudança drástica de concepção, pois, enquanto no segundo caso temos a idéia de que a abolição foi dada pela família real, na primeira, há um ideal de luta e conquista por direitos. Também o movimento negro tem seu patrimônio, como o monumento a Mãe Preta, no Largo do Paissandu, no centro de São Paulo, o Monumento a Zumbi de Palmares, no Rio de Janeiro e, em Alagoas, o Conselho Geral do Memorial Zumbi ocupa-se da preservação da memória do local onde se instalara o Quilombo dos Palmares, a Serra da Barriga, onde fora instalado um complexo arquitetônico idealizado por Oscar Niemeyer. Segundo Zezito Araújo, membro do conselho:

Há o conjunto arquitetônico de Oscar Niemeyer que pretendemos instalar na serra da Barriga e estudos propostos por alunos da Ufal. Desse conjunto constaria um monumento a Zumbi dos Palmares, um museu do negro, um complexo hoteleiro e um centro cultural e de estudos.(BRASIL 500 ANOS, 2005)⁽⁴⁾

Além da criação de novos espaços, faz-se necessário ainda a apropriação dos existentes, realizando uma apropriação também simbólica para os mesmos, dando novos usos e significados. Este é o caso, por exemplo, do Grito dos Excluídos, movimento latino americano constituído por diversos grupos e movimentos sociais do continente, constituído no Brasil em 1995, como resultado das discussões estabelecidas pela campanha da fraternidade, que neste ano teve como tema os excluídos. A data escolhida pelo grupo para manifestar-se

publicamente foi o sete de setembro, num exemplo de apropriação e inversão dos símbolos nacionais:

A data de sete de setembro, dia da independência, foi escolhida como marco das manifestações por todo o país, por entendermos que o Brasil não é um país independente. Independência significa trabalho para todos, educação e saúde de qualidade e soberania. (GRITOS DOS EXCLUÍDOS, 2005)

Ou seja, cada grupo constrói sua história, sua memória, e assim, a representação de si e dos grupos em sua volta. A memória adquire, como demonstrada por Ricardo Oriá (1997:130), papel de importância na constituição de uma cidadania participativa, servindo como instrumento de luta e afirmação de identidades, sendo condição para a construção de uma sociedade plural, sendo que um homem sem memória é um homem sem referência histórica, sem identidade, que não se reconhece como cidadão e como sujeito histórico. Assim, a construção da memória não é exclusividade de profissionais como historiadores, arquitetos, turismólogos ou políticos, mas dos sujeitos que a vivem e a transformam, sendo parte da dinâmica social, dinâmica e conflituosa. É esta a tese apontada por Norberto Guarinello (1994), que chama atenção para o perigo de os produtores oficiais de memória negarem a legitimidade dos produtores espontâneos, tido pelo autor como único saber possível e verdadeiro. Ainda segundo o autor, a memória deve ser entendida como plural, produzida por instituições e grupos sociais diferentes, que podem utilizá-la como forma de ação, podendo refletir a diferença, a transformação e a mudança, reconhecendo assim o presente como transitório.

O patrimônio em geral, e os museus em particular, são espaços privilegiados de construção de memórias, geralmente homogêneas, representativas dos grupos hegemônicos. Favorece assim o processo de exclusão proporcionado pela manipulação da memória. Faz-se necessário a reapropriação destes espaços, tendo a vista diversidade

de significados e de olhares que podem ser lançados ao patrimônio já existente. A preservação é possível, e em muitos casos necessário, porém preservar não significa congelar os olhares, as representações e as identidades. Além disso, faz-se necessário a criação de novos espaços de representação, que atendam as expectativas dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, como a Vila Operária Maria Zélia, de São Paulo, tombada em 1992, e a Vila Operária Manoel Dias, também tombada e localizada no bairro Vila Industrial de Campinas.

Ao possibilitar o reapropriar dos monumentos já existentes ou a criação de outros, estamos possibilitando que novos atores sejam inseridos no processo de elaboração e seleção da memória, vinculados à constituição de novas identidades e novas leituras, que pressupõe novos interesses que, não raro, pressupõem conflito em relação aos já existentes. Devemos ter claro, no entanto, que a sociedade em que vivemos é marcada pela diferença e pelos conflitos, sendo necessária à aproximação das comunidades nas tomadas de decisões, o que se inicia com a memória, consolidando assim uma prática verdadeiramente democrática, pois possibilita a participação de todos, e uma cidade efetiva, pois participativa.

Para isso o Turismo é uma força não somente de mercado como um instrumento social que pode contribuir para a preservação/conservação/interpretação dos monumentos e da cultura. Por outro lado, também pode provocar teatralização dessa cultura, a exclusão da comunidade e a ratificação de patrimônios escolhidos por interesses oficiais ou econômicos: As forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos.

O turista busca uma fuga do seu cotidiano, em um momento histórico em que a globalização, a massificação da informação e o consumo

exacerbado são as marcas atuais das sociedades ocidentais. Desta forma, em qualquer cultura as experiências passadas possuem um valor lúdico inquestionável, turismo deve disponibilizar esses locais de lembranças de maneira há não ocorrem exclusões.

O turismólogo tem em suas mão à responsabilidade de atuar como um instrumento de preservação do patrimônio, ou de destruição do mesmo. Portanto o turismo:

(...) se vê em uma encruzilhada definidora de rumos bem distintos: ou se apresenta como uma proposta econômica de inclusão social e, assim, contribui para novas perspectivas de valorização da vida, do consumo de produtos culturais e de distribuição de renda, ou, por outro lado, alia-se a uma economia que exclui parcelas imensas da população da participação na produção econômica. É triste observamos cidades onde o chamado Turismo Histórico exclui a comunidade, que preservou e guardou o bem histórico, do usufruto de sua apreensão e das perspectivas de melhoria da qualidade de vida a partir da comercialização sustentável desse bem patrimonial. (MENESES, 2004, p. 13)

Para evitarmos essa massificação do patrimônio, a exclusão de opinião e até mesmo física das populações, o turismo deve desenvolver novas alternativas para conciliar economia e preservação patrimonial.

Neste sentido, acreditamos que o turismo tem papel fundamental na transformação desta concepção burguesa de patrimônio e museu, atuando no sentido da transformação desses espaços memória participação, convivência e criticidade, de solidariedade e sustentabilidade, elementos só possíveis de serem alcançados a partir do momento em que houver um envolvimento efetivo da comunidade, de uma gestão participativa que garanta ao patrimônio sua função educativa, porém não alienante, a partir da democratização de culturas e saberes.

BIBLIOGRAFIA

<<http://gritodosexcluidos.com.br/pgs/quemsomos.htm>>. Acessado em 22/01/2005.

<<http://jbonline.terra.com.br/destaques/eldorado/index8.html>>. Acessado em 22/01/2005.

<http://www1.uol.com.br/fol/brasil500/zumbi_23.htm>. Acessado em 22/01/2005.

<<http://www.iphan.gov.br>>. Acessado em 07/09/2005

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 5.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**: Espaço Plural. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, 1994, vol. 14, n. 28, p. 180-193.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: o Breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. (Tradução) Bernardo Leitão. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico em Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. São Paulo: Globo, 1994.

SILVA, Marcos A. **História**: o Prazer em Ensino e Pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

NOTAS

(1) Professor do Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL. Diretor de Assuntos Educacionais do SINPRO. Doutor em História pela Universidade Federal do

Paraná – UFPR. Autor do livro “Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios”, pela editora da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

(2) Professora do curso de Turismo – UNIFIL. Professora dos cursos de Turismo e Jornalismo – FACCREI. Mestre em História Social pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

(3) São vários os monumentos erguidos por Oscar Niemeyer nos lugares em que agricultores do movimento foram mortos. Este é o caso do erguido na região metropolitana de Curitiba, no Km 107 da Br 277, em homenagem a Antônio Álvares Pereira, morto em maio de 2000 em confronto com a polícia. <<http://jbonline.terra.com.br/destaques/eldorado/index8.html>>. Acessado em 22/01/2005.

(4) http://www1.uol.com.br/fol/brasil500/zumbi_23.htm. acessado em 22/01/2005. O Conselho pretende, com suas ações, implantar o etnoturismo na região.

Enviado: 25/02/2006

Aceito: 30/04/2006

Publicado: 06/05/2006